

Crise dos trabalhadores ou crise do sindicalismo?

JOÃO BERNARDO*

No Brasil, bastou uma dúzia de anos para que um movimento nascido de uma ação espontânea e maciça da classe trabalhadora mudasse completamente de características.

No final da década de 1970, precisamente quando a esquerda brasileira parecia ter chegado a um grau extremo de desorganização, incapacitada pelos seus erros e pela violência repressiva, o operariado das cidades mais industriais lançou-se num surto de greves e alterou completamente os dados do problema. A iniciativa e as novas formas de organização reveladas no ABC levaram o regime militar a ceder e a preparar a transição para os governos civis, e deixaram sem audiência os velhos profissionais da política vindos do populismo varguista. Tudo isto sem sedes luxuosas nem verbas avultadas. Como é possível que agora, com infra-estruturas materiais e financeiras que deveriam facilitar a ação, os sindicalistas se encontrem tão desnorteados e desmobilizados?

É curioso que alguns dirigentes sindicais atribuam a culpa da situação à classe trabalhadora, acusando-a de ter se acomodado e já não ser contrária ao capitalismo. Ouvi até a presidente de um sindicato declarar que a classe trabalhadora já não existe, embora sem tirar as conseqüências lógicas da afirmação, pois essa senhora continua em suas funções.

Mas será que, de fato, é a classe trabalhadora que está em crise?

I

Qualquer que seja a sua forma, organizando-se em instituições de ajuda mútua, ou em sindicatos, ou em comissões no local de trabalho, ou em comis-

* João Bernardo é membro do conselho de colaboradores internacionais de *Crítica marxista*. Este artigo é uma versão modificada de debates que o autor, desde 1994, desenvolveu em cursos, seminários e palestras em organismos sindicais da CUT.

sões de bairro, ou ocupando terras, um movimento ativo deve-se sempre a uma participação conjunta da classe. Nessas ocasiões o dinamismo e a solidariedade são inseparáveis na prática. As duas palavras apresentam-se como sinônimos, e o igualitarismo e o comunitarismo são gerados por essas relações de luta, em completa oposição às formas de relacionamento características da sociedade capitalista.

Porém, a estrutura sindical (pelo menos tal como é comum considerá-la) tem um caráter acentuadamente corporativo, que cria obstáculos ao desenvolvimento de qualquer luta e à sua generalização a outras camadas de trabalhadores. Os fundos de um sindicato são empregados exclusivamente no âmbito de uma dada categoria profissional e de uma dada região, mesmo que para esses trabalhadores, nessa zona, não esteja em curso nenhuma forma de luta coletiva. E assim, como não são dedicados de imediato à solidariedade com as ações de outros trabalhadores, em diferentes regiões do país ou em qualquer outra parte do mundo, esses fundos têm de ser rentabilizados. O primeiro passo é um investimento fundiário, a aquisição da sede, de preferência numa rua onde os terrenos se valorizem. Outros passos se seguirão. A alternativa é simples. Ou a totalidade dos fundos sindicais é gasta em manifestações de solidariedade, ou é aplicada de maneira a não perder o seu valor. Uma estrutura de tipo corporativo leva obrigatoriamente à segunda alternativa, transformando esses fundos em investimentos capitalistas. E basta isto para que os dirigentes sindicais não se limitem a gerir a força de trabalho, a negociar com os patrões e a colaborar na administração do mercado de trabalho. Eles tornam-se gestores capitalistas propriamente ditos, administradores de investimentos capitalistas.

Num livro publicado há alguns anos procurei mostrar as enormes dimensões assumidas pelo capitalismo dos sindicatos. Desde então, e em todo o mundo, só se tem ampliado a atuação dos sindicatos enquanto investidores e gestores de capital. Nos Estados Unidos difundiram-se os *Esop* (*Employee stock ownership plan*), plano para a aquisição de ações pelos empregados), um sistema mediante o qual os sindicatos se encarregam de convencer os trabalhadores a aceitar limitações salariais, ou a perda de quaisquer regalias, e em troca disso os trabalhadores recebem a propriedade nominal de ações, depositadas num fundo administrado, parcial ou totalmente, por representantes sindicais. Ou seja, em termos simples mas inteiramente exatos, aquilo que os trabalhadores deixam de ganhar gera um capital manuseado pelos sindicatos. Em junho de 1994, ocorreu o caso de maiores dimensões nos Estados Unidos. Os sindicatos representativos do pessoal da United Airlines, a segunda maior companhia de transportes aéreos

do país, ofereceram concessões em salários e normas de trabalho avaliadas em perto de 5 bilhões de dólares e, em troca, receberam 55% das ações da companhia e três lugares no conselho de administração. A este sistema corresponde, em numerosíssimas empresas da Rússia e de outros países do Leste Europeu, a aquisição pelos trabalhadores de enormes lotes de ações, que ficam parcialmente sob o controle das seções sindicais. Na Rússia as privatizações levaram globalmente a dois resultados: a passagem de uma quantidade muito considerável de empresas industriais, financeiras e comerciais para as mãos do crime organizado, que detém além disso participações minoritárias em muitas outras; e o controle das restantes grandes e médias empresas por uma aliança dos seus administradores com os dirigentes sindicais, referendada na base pelos trabalhadores, que esperam assim reduzir o número de demissões. É também sugestivo o que se tem passado na África do Sul desde o fim do *apartheid*. Não só alguns dos mais importantes dirigentes sindicais se converteram em empresários, como a própria central sindical criou um organismo destinado a proceder a investimentos, em associação com capitalistas privados. Muitíssimo mais considerável ainda, a escala mundial, é a capacidade financeira dos fundos de pensão e outras instituições do mesmo gênero, que em numerosos casos estão na dependência direta ou indireta dos sindicatos.

Estas situações extremas, frequentes hoje em tantos países, resultam de processos que têm sempre na origem a necessidade de rentabilizar fundos que não se aplicaram de imediato em manifestações de solidariedade. Pode parecer muita a distância que vai da compra de um edifício até à aquisição de uma colossal companhia de aviação ou à participação sistemática no controle das principais empresas de um país, mas são atos que obedecem a uma mesma lógica e se inscrevem numa seqüência única. O capitalismo dos sindicatos é um efeito inevitável do corporativismo, e uma vez iniciado o processo ele não poderá ser interrompido a meio.

II

Quando os sindicatos se comportam como uma instituição capitalista é natural que os trabalhadores os considerem como meros organismos prestadores de serviços e os comparem com os serviços fornecidos pelas empresas. Engana-se quem acusar de reacionarismo esses trabalhadores. Pelo contrário, eles estão a reagir salutarmente, tomando à letra a postura dos sindicatos e pressionando-os a desvendar melhor as suas funções atuais. Em vez de lutarem contra as administrações das empresas, as direções sindicais concorrem frequentemente com elas num mesmo mercado de prestação de serviços. Aliás, a noção que têm desta identidade é tão acentuada que no Brasil, por exemplo, os funcionários dos sindicatos da CUT partilham o mês-

o mesmo sindicato com os funcionários dos organismos patronais. É interessante que a CUT e as federações de indústrias dos vários Estados se situem a par neste organograma.

Mas como podem os sindicatos competir com as empresas mais avançadas? Não espanta que tantos trabalhadores prefiram os serviços patronais aos sindicais. Esses trabalhadores refletem aquela lógica de mercado em que o sindicalismo corporativo os convida a se colocarem.

III

Na verdade, a situação dos sindicatos na concorrência com as empresas é pior ainda, porque se mantêm apegados a um funcionamento interno fortemente hierarquizado, quando o patronato mais moderno organiza o pessoal de acordo com o toyotismo e outras formas eficazes de democracia manipulatória.

Os sindicatos são uma estrutura burocrática desde o seu aparecimento no século XIX. Aliás, é isto que os distingue de outros tipos de organização operária, difundidos posteriormente, como os conselhos e organizações por local de trabalho. Na sua forma clássica, o sindicalismo surgiu numa época em que a esmagadora maioria dos operários industriais tinha abandonado muito recentemente o meio rural e ignorava tudo dos sistemas de administração capitalistas e da própria vida urbana, sendo portanto incapaz de gerir os seus próprios processos reivindicativos. Nestas circunstâncias os trabalhadores tinham de delegar cegamente aos mais experientes, ou aos mais enérgicos e ousados, o encaminhamento tático e estratégico das lutas. E assim se produzia, no interior do movimento operário, uma camada de dirigentes que inevitavelmente se burocratizavam, pois eram raros os que tivessem aptidão para os substituir e a base não era capaz de lhes controlar a atividade.

Mas burocracia não significa forçosamente conciliação com o capitalismo. Nos países menos evoluídos e, em geral, em todas as situações históricas em que o crescimento econômico se encontra bloqueado, as greves são consideradas como uma questão de polícia, e não um problema social. Nestes casos, em vez de pretenderem a recuperação dos conflitos e a assimilação dos dirigentes operários, que constitui o mecanismo básico da mais-valia relativa, os patrões recorrem à repressão pura e simples, num quadro em que o capitalismo nunca poderá ultrapassar a situação de mais-valia absoluta, reproduzindo-se o ciclo vicioso das ações repressivas. E aqueles trabalhadores mais experientes e mais audazes, que encabeçam as reivindicações, apesar de se definirem sociologicamente como uma burocracia, politicamente não são mais do que vítimas das prisões, dos es-

pancamentos e dos assassinatos. As memórias de Juan García Oliver, *El eco de los pasos*, dão um testemunho magnífico desta ambigüidade, que se esclareceria, com resultados tão catastrófico, através da atuação dos dirigentes da CNT-FAI durante a guerra civil espanhola.

Quem só souber ver estas coisas com os olhos da compaixão ou da glória não conseguirá entender que uma burocracia pode dedicar-se ao sacrifício, e não aos oportunistas da cooptação, sem deixar por isso de ser uma burocracia.

IV

O desenvolvimento da maquinaria permitiu explorar sem quaisquer limites o esforço muscular. A partir de então, além de continuar a aproveitar-se a força física, começou a ser cada vez mais explorada a componente intelectual da atividade dos trabalhadores. O capitalismo contemporâneo apropriou-se em profundidade de todas as facetas da vida e tornou-se um sistema absolutamente envolvente e totalitário.

Durante muito tempo o movimento operário lutou contra a tendência dos capitalistas a reduzir os trabalhadores a instrumentos mecânicos ou a anexos das máquinas. Uma longa história de criação de associações culturais e recreativas documenta o esforço permanente dos trabalhadores para ultrapassarem a condição unidimensional. Hoje a situação parece diferente, pois faz parte do discurso dominante a afirmação de que os indivíduos já não têm apenas uma dimensão imediatamente produtiva, mas também uma multiplicidade de outras facetas. Não espanta que os jornalistas, e os acadêmicos que se reduzem ao nível de jornalistas, insistam agora nesta sua descoberta tardia, pois na enorme expansão que conseguiu nos últimos vinte anos, desde que superou a crise de 1974, o capitalismo necessita de estimular e ao mesmo tempo condicionar a atividade intelectual dos trabalhadores, para melhor poder aproveitá-la através da eletrônica e da informática. O trabalhador unidimensional já não é mais rentável para o capitalismo evoluído, que tem de explorar a pluridimensionalidade de que a pessoa humana é capaz. Sob o ponto de vista econômico, a mais-valia relativa progrediu assim enormemente, inaugurando-se um novo ciclo ampliado de valorização do capital. E, sob o ponto de vista social, a classe trabalhadora deu um salto considerável, entrando num novo estágio orgânico. .

Os antagonismos internos do capitalismo desenvolveram-se do mesmo modo. Quando os trabalhadores têm os mecanismos econômicos como objeto do seu esforço intelectual, conseguem apreendê-los e sentem-se aptos a geri-los. O controle da gestão é o desafio hoje colocado pelo processo de explora-

ção nas formas mais progressivas de capitalismo. Ao começarem a revelar-se capazes de administrar sistemas produtivos, os trabalhadores mostraram-se, portanto, competentes também para orientar e conduzir as suas próprias lutas. E manifestaram-no repetidas vezes, naquela vaga crescente de iniciativas autonomistas que se ampliou por todo o mundo desde o começo da década de 60 até ao final da década seguinte. Então, e pela primeira vez na história do movimento operário, os trabalhadores, em vez de limitarem as suas reivindicações ao âmbito das relações de propriedade, passaram a afirmar na prática o controle das suas lutas e a exigir o controle da atividade produtiva, procurando assim alterar as próprias relações de produção. É curioso que aquele movimento tivesse naquela altura sido apelidado de "greves selvagens". Decididas exteriormente aos mecanismos participativos dos sindicatos e conduzidas pelas próprias bases, fora dos aparelhos sindicais, tais lutas só podiam ser consideradas selvagens pela civilização sindical e patronal. A crise dos sindicatos, que tantos julgam hoje ter sido motivada pela difusão do neoliberalismo, "começou na realidade bastante antes e deveu-se ao movimento autonomista. A classe trabalhadora mostrou ter atingido um estágio de formação que dispensava uma direção estritamente burocratizada.

O capitalismo aprendeu a lição e começou a explorar, além da atividade muscular e cerebral dos trabalhadores, a sua capacidade de gestão e até de solidariedade. As formas de administração de empresa que hoje é corrente englobar sob a denominação genérica de toyotismo não são mais do que a recuperação capitalista da atividade intelectual e da capacidade de decisão coletiva que os trabalhadores demonstraram na prática durante a vaga de lutas autonomistas. Se estas lutas criaram o quadro social em que se pôde precipitar a crise econômica de 1974, a assimilação em termos capitalistas dos grandes temas autonomistas permitiu a abertura de uma nova fase no processo de exploração.

É este ritmo do capitalismo avançado que os sindicatos não têm conseguido acompanhar. Eles se mantêm presos à estrutura de origem, quando o proletariado estava num estágio orgânico em que só era explorado o seu esforço muscular e em que a restante atividade do raciocínio se manifestava apenas fora do quadro do capital e das suas lutas. Numa situação em que os trabalhadores são já explorados na sua capacidade intelectual e organizativa, a estrutura interna dos sindicatos aparece ultra-hierarquizada e autoritária. Ou seja, irremediavelmente arcaica.

Deve colocar-se neste quadro o problema da crise do sindicalismo em países, como o Brasil, onde os sindicatos mantêm ainda uma dimensão reivindicativa.

V

Trata-se de uma crise de objetivos: ou os sindicatos se transformam plenamente numa mera administração de investimentos capitalistas, fundos de pensão e outros serviços; ou os sindicatos pretendem continuar a desempenhar um papel nas lutas dos trabalhadores.

No Brasil a contradição entre estes dois aspectos é hoje demasiado profunda para que ambos possam permanecer conjugados num duplo discurso demagógico. A crise atual é a crise desse duplo discurso. E é tanto mais grave quanto, contrariamente ao que muitos pensam, não corresponde a nenhum declínio, quer da classe trabalhadora, quer do papel central ocupado pela exploração.

VI

A classe trabalhadora está em expansão. Nas últimas décadas têm sido maciçamente proletarizadas categorias profissionais que antes, ou pertenciam à camada inferior dos gestores, como sucede em especial com os empregados de escritório; ou eram profissões liberais, sobretudo médicos e professores; ou se integravam em formas econômicas de tipo familiar, nomeadamente empregados do pequeno comércio varejista.

É conveniente deixar bem claro que o processo de proletarização não transformou em proletários a totalidade dessas pessoas. O que antes ocorreu foi uma alteração dos métodos e da disciplina de trabalho, que passaram a ser do mesmo tipo dos que se encontram nas fábricas. As hierarquias sociais reorganizaram-se no interior daqueles ramos de atividade, consoante um modelo puramente capitalista. A grande maioria desses profissionais converteu-se em proletários, em trabalhadores produtivos; os restantes asseguram a sua supremacia enquanto capitalistas, geralmente gestores, administradores, em casos mais raros proprietários privados.

É certo que vários autores, pretendendo utilizar de maneira ortodoxa alguns conceitos do marxismo, não consideram produtivos os trabalhadores das profissões recentemente proletarizadas. Mas o caráter produtivo ou improdutivo de uma dada atividade em nada diz respeito ao seu produto concreto nem à eventual materialidade desse produto, nem ao lugar que ele possa ocupar na circulação da totalidade dos objetos econômicos. A categoria *trabalho produtivo* não se refere aos produtos, mas ao próprio trabalho enquanto processo. É o tipo de relacionamento social em que uma pessoa se insere, sob o ponto de vista da perda ou da detenção do controle sobre o tempo de atividade e sobre as decisões econômicas, que define o seu trabalho como produtivo ou improdutivo. Como os ramos profissionais recentemente proletarizados obedecem a formas de organização em tudo idênticas às que

imperam nas fábricas, a grande maioria dos seus membros são trabalhadores produtivos, incluindo-se os demais entre os capitalistas, enquanto participantes dos níveis hierárquicos superiores.

Até há não muito tempo o capitalismo era o modo de produção dominante no interior de formações econômicas e sociais integradas subsidiariamente por outros sistemas de exploração. Mas hoje o capitalismo é, na quase totalidade dos países, o modo de produção exclusivo. A classe trabalhadora atingiu, assim, uma expansão sem precedentes.

VII

O que significa que a exploração constitui um mecanismo cada vez mais central em toda a vida econômica.

É certo que o contrário é defendido por numerosíssimos autores, tantos que não vale a pena citá-los. Representam as idéias correntes, desde as dissertações universitárias até aos suplementos de domingo da imprensa diária. Curiosamente, eles são quase todos oriundos daquilo que foi a esquerda. Aquela esquerda que, enquanto existiram os regimes de tipo soviético, ignorou que o Estado e a economia de Estado eram elementos integrantes dos mecanismos do valor e, portanto, do capital, hoje, no muro das lamentações dos arrependidos, desconhece também os aspectos inerentes à mais-valia relativa, à crescente valorização do capital. Afirmam estes mestres de ocasião que o trabalho tende a acabar, em virtude do prolongamento dos ócios.

Na realidade, o horário formal de trabalho tem-se reduzido à medida que o capitalismo se desenvolve, o que fica mais exato dito da maneira inversa. A classe trabalhadora, com as suas lutas, tem obrigado os patrões a diminuir o número de horas de trabalho e estes respondem aumentando a produtividade. Trata-se precisamente de uma das engrenagens fundamentais da mais-valia relativa, que só reforça este modo de produção, sem de modo algum o pôr em causa.

A diminuição do horário de trabalho foi acompanhada por um acréscimo da produtividade, porque ao mesmo tempo aumentaram a intensidade do trabalho no interior dos limites da jornada, a complexidade das operações de trabalho e a versatilidade de cada trabalhador.

Posso representar este processo mediante as variações de um triângulo isósceles, em que a extensão do lado diferente representa a jornada de trabalho e a extensão da bissetriz do ângulo oposto, a taxa de exploração. Quanto mais se aproximarem os pontos extremos do lado representativo das horas de trabalho, mais aumentam os outros dois lados do triângulo, prolongando-se a linha da bissetriz.

Ora, uma força de trabalho capaz de uma atividade mais intensa, em operações mais complexas e com uma versatilidade crescente requer qualificações cada vez maiores, que só pode obter fora das horas de laboração. Exige também um maior tempo de repouso, que lhe permita reconstituir as capacidades de trabalho. Ambas estas necessidades fazem com que os ócios, ao mesmo tempo que aumentam, se integrem completamente no quadro do capitalismo.

Na época em que a exploração incidia sobretudo na componente muscular da atividade do trabalhador, quando ele estava fora da fábrica situava-se também, na grande parte dos casos, exteriormente ao capitalismo. Por um lado, não empregava os momentos de lazer para adquirir novas aptidões profissionais e, por outro, as despesas mais representativas do ócio eram feitas em tabernas que obedeciam a uma economia de tipo doméstico. Qualquer destas situações está hoje ultrapassada, alterando-se por completo a concepção de ócio.

Desnecessário será insistir no fato de que, no capitalismo desenvolvido, as despesas efetuadas fora das horas de trabalho revertem diretamente em benefício dos capitalistas. Os ócios tomaram-se um colossal mercado. Mas, sob o ponto de vista econômico, é ainda mais importante o outro aspecto. Nos nossos dias os objetos recreativos alugados ou postos à venda constituem eles próprios, não só uma oportunidade de lazer, mas igualmente um meio de formação profissional. O capitalismo contemporâneo obteve um sucesso sem precedentes ao introduzir generalizadamente uma tecnologia nova (os computadores e suas aplicações) num prazo muitíssimo rápido e sem suscitar inicialmente a hostilidade dos trabalhadores. Conseguiu-o porque difundiu maciçamente computadores, de maneira gratuita em muitas escolas, e divulgou jogos eletrônicos, com baixos preços de aluguel, nas casas de diversões. Não se trata já de lazer, mas de produção planejada de força de trabalho. Aquilo a que se chama ócio é, nestas circunstâncias, um elemento tão integrante do capitalismo como o é a jornada formal de trabalho.

Em suma, não tem ocorrido apenas um aumento da intensidade e da complexidade do trabalho, mas também devem considerar-se integradas no processo de trabalho no processo de produção da força de trabalho atividades que antes se excluíaam do controle direto do capital. A aparente diminuição do horário formal de trabalho resultou, afinal, no seu contrário, na diluição das fronteiras que anteriormente separavam o lazer e a jornada de trabalho.

VIII

Do seu arsenal de argumentos, os autores que proclamam o declínio do trabalho na sociedade atual tiram também a tão celebrada substituição do homem pela máquina.

Claro que todo o aumento da produtividade, que é a condição do desenvolvimento capitalista, exige a expansão e a renovação da maquinaria. Mas duas coisas têm sucedido desde o início deste modo de produção, e continuam a acontecer hoje.

Em primeiro lugar, as novas máquinas não se limitam a dispensar força de trabalho, porque a mão-de-obra tornada desnecessária nos antigos ramos de atividade é lançada para abrir ramos novos. Nos nossos dias isto sucede sobretudo no setor dos serviços, onde a automatização é ainda incipiente.

Em segundo lugar, uma tecnologia inovadora, ao mesmo tempo que reduz o número de profissionais nesse ramo, exige novas qualificações àqueles trabalhadores que permanecem. As máquinas não substituem as pessoas, pois não podem funcionar devidamente sem que haja quem tenha aprendido a lidar com elas. Em vez de se tornar desnecessária, pelo contrário, torna-se indispensável uma força de trabalho mais qualificada.

Por não o ter entendido a General Motors gastou em vão 16 bilhões de dólares, dos 80 bilhões que despendeu ao longo da década de 1980 para modernizar sua tecnologia. Limitou-se a substituir por máquinas uma parte dos trabalhadores, sem aumentar as qualificações daqueles que continuaram ocupados, e por isso os resultados foram catastróficos, linhas de montagem paradas, avarias que ninguém era capaz de resolver, robôs a destruírem-se reciprocamente, como num roteiro em que Kafka tivesse colaborado com os Irmãos Marx. Foi necessário fundar uma unidade produtiva em conjunto com a Toyota, mas ficando a administração inteiramente a cargo dos japoneses, para que a General Motors se apercebesse de que a automatização só podia ser eficiente se os trabalhadores tivessem sido previamente preparados. Mesmo quando se trata de introduzir robôs, o aspecto decisivo reside na qualificação do pessoal. É esta a regra de ouro da gestão de empresa. "A lição custou caro, mas a General Motors acabou por aprender que o seu bem mais importante e mais valioso não eram os robôs, mas a sua própria força de trabalho", palavras de *The Economist*, de 10 de agosto de 1991, uma revista de *pedigree* insuspeito e impecáveis credenciais capitalistas.

IX

O raciocínio daqueles autores que consideram que o trabalho está a perder a importância torna-se especialmente sinistro quando invocam o argumento do desemprego. Há mesmo quem apresente essa situação como uma emancipação do homem relativamente ao trabalho. Que isto possa ser repetidamente escrito, com aparente sucesso, e afirmado perante o regozijo de platéias académicas só mostra até que ponto chegou a impudência desses meios. É pena que não profiram tais palestras num auditório repleto de de-

sempregados. A continuar assim, em breve afirmarão que aquelas pessoas sem casa, que dormem ao relento em tantas cidades de todo o mundo, descobriram as delícias naturistas do campismo. É uma suprema tolice julgar que um desempregado superou a lógica do produtivismo, quando é a vítima mais imediata dessa lógica.

Não é só a arrogância do meio acadêmico que assim se revela, mas a sua futilidade atual, a incapacidade de encarar de maneira séria as questões do nosso tempo. Não tenho conhecimento de que na década de 30, quando o desemprego atingiu dimensões muito graves, algum economista ou sociólogo tivesse chegado à conclusão de que se alcançara enfim o paraíso do mundo sem trabalho. Pelo contrário, os universitários esforçavam-se então por encontrar para o problema soluções que estivessem de acordo com as suas variadas persuasões políticas.

Contrariamente, porém, ao que sucedeu durante a crise da década de 30, julgo que nas circunstâncias presentes a grande maioria daqueles que são incluídos entre os desempregados mantém uma atividade profissional, mas em regime de terceirização ou na economia informal. O crescimento das modalidades econômicas extra-oficiais é um dos traços mais significativos da sociedade contemporânea, e é para essa esfera que são relegados os que não encontram um lugar duradouro na economia oficial. O problema não é, em suma, de desemprego, mas de precarização do trabalho. Em termos simples, trata-se de um aspecto do processo mediante o qual o capitalismo, quando progride para estágios superiores da mais-valia relativa, destaca camadas de trabalhadores e forma com eles setores anexos de mais-valia absoluta. São os subcontratados e os que laboram na economia paralela as vítimas preferenciais da deterioração das condições de trabalho e da sua precaridade, do emprego a tempo parcial e, finalmente, do desemprego verdadeiro. E esta situação tem pressionado a classe trabalhadora a aceitar a grande reestruturação em curso. A ameaça de ficar excluído da estabilidade profissional, sem aposentadoria e tantas vezes sem acesso à segurança social, constitui uma das chantagens mais eficazes. A precarização do trabalho, apresentada como desemprego, é um fator que ajuda o capitalismo a ampliar até uma dimensão sem precedentes o âmbito da classe explorada e a apropriar-se das vinte e quatro horas da vida de cada trabalhador.

X

Há ainda aquela multidão de sociólogos que, embora admitindo talvez o funcionamento de mecanismos de exploração, afirma que já não existe uma classe trabalhadora.

Teriam razão se dissessem que a velha "classe operária" foi remodelada internamente em virtude das novas qualificações exigidas pela tecnologia eletrônica e foi diluída exteriormente graças à proletarização de várias categorias profissionais. Mas a cultura operária que assim se extinguiu não foi a única que a classe trabalhadora conheceu ao longo da sua história. Essa cultura forjara-se, à escala universal, nas grandes lutas que ocorreram desde os dois anos finais da primeira guerra mundial até ao início da segunda guerra. Data de então aquela imagem de proletário que as pessoas da minha geração se habituaram a considerar como padrão. Não devemos, porém, esquecer que essa cultura e esse comportamento não se impuseram sem deparar com profundas resistências do meio fabril tradicional. Basta recordar a recusa daqueles que eram então os trabalhadores qualificados norte-americanos, organizados na *American Federation of Labor*, em aceitar a sindicalização das camadas mais recentemente proletarizadas, que encontraram primeiro nos *Industrial Workers of the World* uma expressão radical e depois, no *Congress of Industrial Organizations*, um enquadramento reformista.

A cultura operária que se generalizou mundialmente entre as duas grandes guerras veio substituir outra, que se difundira na época da Segunda Internacional nos países capitalistas mais evoluídos. E esta havia tomado, por sua vez, o lugar daquele tipo de proletário que afirmara a sua fisionomia na grande vaga de conflitos e guerras civis que entre 1846 e 1849 agitou toda a Europa, desde a Polónia até Portugal, desde a Inglaterra e a Irlanda até à Itália meridional.

Não há que dizer hoje adeus à classe trabalhadora, mas apenas a uma certa cultura, historicamente determinada, para saudar o aparecimento de outra cultura, que está em gestação numa classe ainda mais vasta e vítima de uma exploração ainda mais intensiva.

XI

Perante uma classe trabalhadora em expansão e uma exploração que constitui o mecanismo central de toda a vida social, a crise dos sindicatos torna-se flagrante. As direções sindicais não têm conseguido responder aos problemas prementes com que os trabalhadores se debatem, nem acompanhar os novos quadros de luta em que os trabalhadores têm atuado.

É no confronto com as grandes companhias multinacionais que o sindicalismo demonstra o seu mais grave fracasso. Os setores dinâmicos da economia encontram-se hoje inteiramente transnacionalizados, enquanto os sindicatos continuam a funcionar em perspectivas estritamente corporativas e se congregam em organizações que não ultrapassam os limites nacionais. As

federações sindicais internacionais são meras agências burocráticas que nunca coordenaram qualquer luta, nem sequer uma ação reivindicativa, visando a totalidade de uma companhia multinacional, matriz e filiais. De todos os departamentos sindicais, o das relações internacionais é certamente o mais esclerosado e sujeito à corrupção. Serve para pagar viagens dos dirigentes e outras mordomias. Enquanto os trabalhadores continuarem, divididos por setores de atividade e fronteiras nacionais, a contestar um capitalismo supranacional, não é difícil ver quem terá a vitória do seu lado.

Nas circunstâncias atuais a questão da subcontratação e da precarização do trabalho tem representado outro malogro muito considerável dos sindicatos. Os seus dirigentes limitam-se, na melhor das hipóteses, a negociar com os patrões a percentagem de pessoal que será afastada do emprego estável rio setor oficial, em vez de procurarem organizar os terceirizados e os desempregados. Aliás, bastaria recordar que os próprios sindicatos terceirizaram um grande número dos seus antigos funcionários e recorrem sistematicamente à subcontratação para adivinhar qual iria ser a sua posição nesta matéria. Os sindicatos poderiam dar enfim uma conotação positiva às suas prestações de serviços, usando-as como quadro de mobilização dos companheiros dispersos pelo trabalho precário e daqueles que estão no desemprego efetivo, mas nada parece ser feito neste sentido. Na medida em que a sindicalização acompanha freqüentemente a estabilidade de emprego, os próprios membros dos sindicatos mostram-se muitas vezes relutantes em defender aqueles que estão condenados a uma atividade incerta e permanecem sem filiação sindical. Nestes casos, os sindicatos funcionam como um fator de privilégios e de divisão entre os trabalhadores. Se lembrarmos o que se passou durante a crise econômica da década de 30, vemos que em vários países a organização dos desempregados teve um papel decisivo - mas na difusão do fascismo. Eis o que nos devia levar hoje a uma reflexão, quando a xenofobia e o racismo grassam, precisamente sob o pretexto do desemprego. A situação é talvez mais grave ainda naqueles países em que a precariedade do trabalho atinge sobretudo a mão-de-obra imigrada, porque então a separação entre sindicalizados e não-sindicalizados pode ser vista como uma divisão étnica e estimular o racismo.

As lutas nos serviços públicos constituem outro campo em que os sindicatos têm-se revelado incapazes de definir uma orientação positiva. O capitalista, neste caso o Estado enquanto patrão e administrador, só poderia ser posto eficazmente em causa se fosse subvertida a prestação de serviços, alteradas as suas hierarquias e prioridades. Mas para tal seria necessário,

por um lado, que os sindicatos do funcionalismo público colaborassem fraternalmente com organismos de usuários, o que não sucede porque são estritamente corporativos; e, por outro lado, que se dispusessem a atacar radicalmente o Estado enquanto patrão, o que não acontece porque o seu objetivo é apenas ganhar mais tantos por cento, e para isso preferem o diálogo ao confronto. E assim, além da tal percentagem a mais, as direções sindicais obtêm outra coisa ainda símbolo - um clima de fricções e de hostilidade entre funcionários públicos e usuários, ou seja, majoritariamente, entre duas categorias de trabalhadores.

Os sindicatos também não tem sabido atuar nos novos quadros de luta. É freqüente ouvir que as lutas da classe trabalhadora acabaram, ou perderam a vitalidade, e que outros movimentos surgiram, dirigidos por exemplo contra o racismo ou a discriminação sexual.

É certo que o racismo, o sexismo ou a hostilidade manifestada contra pessoas homossexuais podem vitimar tanto trabalhadores como capitalistas e, neste sentido, suscitam movimentos supraclassistas. Porém, as capitalistas têm mostrado que, no interior do seu meto social, sabem resolver estas questões de maneira muito mais rápida do que os trabalhadores. Quando uma mulher, ou alguém com uma cor de pele menosprezada, ou uma pessoa homossexual conseguem ascender às elites, são rapidamente integradas e as barreiras atenuam-se ou desaparecem. E enquanto permanecem na classe trabalhadora, e por vezes mais ainda nos seus estratos com pior remuneração, que essas pessoas sentem todo o peso das discriminações. E assim, curiosamente, a coesão de que os capitalistas tem sabido dotar-se limita substancialmente o caráter supraclassista dos movimentos contra a discriminação sexual e racial.

O racismo e o sexismo revelam-se com especial acuidade nos meios populares e é aí sobretudo que tem de ser combatidos. A classe trabalhadora mundializou-se e a população dos continentes asiático e africano, onde antes predominavam regimes econômicos pré-capitalistas, embora subordinados ao capital, encontra-se hoje extensivamente proletarizada. Além disso a classe trabalhadora integrou novas categorias profissionais, nas quais é muito importante a participação feminina. Será necessário respeitar a pluralidade de comportamentos e criar ao mesmo tempo um quadro cultural comum ou, invertendo a afirmação, dar origem a uma cultura da classe trabalhadora que se afirme precisamente na multiplicidade harmônica de comportamentos. Sem isso não se poderá renovar o combate contra o capitalismo. Os trabalhadores precisam refazer a sua coesão e é neste sentido que está em gestação uma nova cultura. Tal como as anteriores, não se

imporá pacificamente. As classes só existem num relacionamento antagônico, só a luta as torna reais. A classe trabalhadora formou-se e reorganiza-se permanentemente em confronto com o capital, não apenas contra as suas manifestações exteriores, mas também contra as formas como ele se expressa no seio dos próprios trabalhadores. A nova coesão da classe explorada só poderá atingir-se através de lutas multimodais, que serão em boa parte travadas no interior dela mesma. E o movimento contra as discriminações raciais e sexuais é um aspecto fundamental deste processo. Por isso, e contrariamente ao que é comum afirmar-se, esses movimentos não são exteriores à classe trabalhadora. Têm repercussões profundas na construção de uma nova solidariedade de classe e, portanto, na contestação ao capitalismo.

É curioso observar que em todo o mundo os principais órgãos de informação relatam a multiplicação de episódios racistas em termos tais que mais parece quererem estimulá-los ou, pelo menos, fazerem-nos aceitar como um componente necessário, embora desagradável, da sociedade atual. Noticiam-se com enorme relevo agressões e chacinas étnicas e, ao mesmo tempo, subestimam-se, quando não se ocultam, importantes manifestações contra a xenofobia. A desnaturação das informações torna-se mais interessante ainda quando casos de superação do racismo são descritos sob uma ótica racista. Foi o que sucedeu a propósito dos grandes motins do final de abril e princípio de maio de 1992 em Los Angeles, precipitados pela absolvição dos quatro policiais responsáveis pelo espancamento de Rodney King. Os órgãos de informação apresentaram como uma manifestação racial o que, na realidade, demonstrou a ultrapassagem das fronteiras étnicas, pois pessoas de todas as cores de pele tomaram parte nos distúrbios e pilhagens. Mais significativo ainda é o fato de os jornalistas e os comentadores silenciarem um êxito, a meu conhecimento sem precedentes, conseguido pelos amotinados: a coberto de artifícios legais com uma validade mais do que dúbia, as autoridades decidiram levar novamente a tribunal os quatro polícias, pondo assim em causa um dos princípios básicos da jurisprudência, o de que ninguém pode ser julgado duas vezes pelo mesmo crime. Os sublevados de Los Angeles mostraram aquilo que não estavam mais dispostos a tolerar e obrigaram as classes dominantes norte-americanas a recuar precipitadamente e a limitar as iniquidades da repressão.

Nisto tudo, qual o papel dos sindicatos? Os seus limites corporativos têm-nos geralmente impedido de servir de quadro às lutas pela igualdade das

cores da pele, pela emancipação feminina e pela superação de outras discriminações. Quando, no melhor dos casos, as direções sindicais consentem em abordar estes problemas, relegam-nos para um lugar marginal. São elas a colocar-se, afinal, à margem de um dos principais eixos de luta da classe trabalhadora.

XIII

O que seria uma atuação sindical adaptada às novas circunstâncias? A única resposta que se pode dar está longe de ser nova. Louis-Eugene Varlin, encadernador de livros, foi um dos nomes mais luminosos do movimento operário, aos vinte e cinco anos de idade secretário da seção francesa da Associação Internacional dos Trabalhadores, quando ela foi fundada; um dos redatores dos estatutos da Internacional dois anos mais tarde; e fuzilado com trinta e dois anos no derradeiro dia da Comuna de Paris, que ele serviu enquanto membro do Comitê Central da Guarda Nacional e responsável pelas Finanças, depois pelo Abastecimento e Intendência. Varlin observava num artigo publicado em outubro de 1869:

Hoje, perante a obstinação com que os detentores dos capitais defendem os seus privilégios, a greve não passa de um círculo vicioso (...) O trabalhador pede um aumento de salário para responder à carestia causada pela especulação; os especuladores respondem ao aumento do preço da mão-de-obra mediante uma nova subida do valor dos produtos. E assim por diante, os salários e os produtos aumentando sem parar. Por que razão operários dedicados, ativos e inteligentes consagram toda a sua energia, toda a influência que são susceptíveis de exercer sobre os seus camaradas, a prosseguir esse movimento que sabem não ter saída? É que para eles a questão prévia a qualquer reforma social é a organização das forças revolucionárias do trabalho. Em todas as greves o que nos preocupa não é tanto o insignificante aumento salarial, a pequena melhoria das condições de trabalho. Tudo isso é apenas secundário. (...) O supremo objetivo dos nossos esforços é o agrupamento dos trabalhadores e a sua solidariedade.

Explicava Varlin mais detalhadamente um ano e meio depois:

Se não quisermos converter tudo num Estado centralizador e autoritário, que nomearia os diretores das fábricas, das manufaturas, dos estabelecimentos de distribuição, os quais por sua vez nomeariam os subdiretores, os contramestres, etc., organizando-se assim hierarquicamente o trabalho de alto a baixo e deixando-se o trabalhador como uma mera engrenagem inconsciente, sem liberdade nem iniciativa, se não quisermos nada disto temos de admitir que os próprios trabalhadores devem dispor livremente dos seus instrumentos de trabalho, possuí-los, com a condição de trocarem os seus produtos ao preço de custo, para que exista reciprocidade de serviços entre os trabalhadores das diferentes especialidades. (...) Mas não se julgue que uma tal organização possa improvisar-se facilmente. Para isso não

bastam alguns homens inteligentes, dedicados, enérgicos. É sobretudo necessário que os trabalhadores, convocados assim para trabalhar em conjunto, livremente e em pé de igualdade, estejam já preparados para a vida social. Uma das maiores dificuldades com que se têm debatido os fundadores de todos os tipos de sociedades, tentadas nos últimos anos, é o espírito de individualismo (...) Pois bem, as sociedades operárias, quaisquer que sejam as formas em que hoje existam, têm já o imenso mérito de habituar os homens à vida em sociedade e de os preparar assim para uma organização social mais ampla. (...) Mas as sociedades corporativas (de resistência, de solidariedade, sindicatos) são dignas sobretudo do nosso encorajamento e das nossas simpatias porque são elas que formam os elementos naturais da edificação social do futuro. São elas que se poderão facilmente transformar em associação de produtores. São elas que poderão pôr em funcionamento a utensilagem social e a organização da produção.

Em termos desprezíveis estão aqui esclarecidas, com uma antecipação de cinquenta anos, as principais contradições do movimento operário desde a revolução russa, as suas promessas, os lamentáveis fracassos, o ponto de recomeço.

Louis-Eugene Vadin concebia a luta enquanto pedagogia. Por isso não lhe importavam as reivindicações pontuais, mas apenas as formas de organização, que permitissem uma participação máxima de todos os trabalhadores. Gerir as lutas é o único treino para gerir, mais tarde, a sociedade e a economia. Sem isso os trabalhadores limitar-se-ão a substituir uns padrões por outros, uns administradores por outros, renovando as classes dominantes e reforçando, portanto, o capital.

Mas como poderão os sindicatos, organismos burocráticos, ter uma prática que ponha em causa a sua própria autoridade nas hierarquias?